



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

ATA DA 1ª INSPEÇÃO CORRECIONAL ORDINÁRIA, REALIZADA NOS DIAS 10 A 12 DE FEVEREIRO DE 2020, NO CENTRO JUDICIÁRIO DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE DISPUTAS E 3ª NO SETOR DE APOIO À GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FORO E DA CENTRAL DE MANDADOS DE LAGES

Aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, o Excelentíssimo Desembargador do Trabalho-Corregedor Amarildo Carlos de Lima presidiu a correição ordinária no Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Disputas e no Setor de Apoio à Gestão Administrativa do Foro e da Central de Mandados de Lages, conforme o Edital CR n. 1/2020, disponibilizado no DEJT em 7-1-2020, afixado previamente em locais próprios no Foro Trabalhista, bem assim encaminhado ao Ministério Público do Trabalho e às Subseções da OAB de Lages e São Joaquim.

1 DADOS DO CEJUSC

No âmbito deste Regional, a criação e as diretrizes gerais de funcionamento dos CEJUSCs são disciplinadas pela Portaria SEAP n. 28/2018, alterada pela Portaria SEAP n. 78/2019.

Conforme estabelecido no art. 2º da Portaria acima referida, ao CEJUSC compete “propor a mediação e a conciliação em processos judiciais em qualquer fase ou instância, inclusive naqueles pendentes de julgamento perante os Tribunais Superiores”.

O CEJUSC de Lages foi inaugurado em 26 de outubro de 2018, e regulamentado pela Portaria Conjunta n. 1/2018, do Foro Trabalhista de Lages. Atualmente é coordenado pela Ex.ma Juíza Patrícia Pereira de Sant’Anna e conta com um Chefe do Centro, conforme quadro abaixo:

Servidor	Cargo	Função
Tarcísio Muniz Barbosa	TJ	Chefe do Centro FC-05

Fonte: <https://portal.trt12.jus.br/centrosconciliacao>

De acordo com o § 2º do art. 1º da Portaria SEAP n. 28/2018, todas as Varas do Foro estão integradas ao CEJUSC.

2 AUDIÊNCIAS

Conforme informações do Chefe do Centro, a pauta de audiências “é determinada pelo Juiz Coordenador, sendo, geralmente, oito processos por dia, preferencialmente nas segundas, terças, quartas e quintas. As audiências são realizadas tanto no período da manhã quanto da tarde”.

Verificou-se em 21-1-2020 que as audiências estão sendo designadas para 22 dias, ou seja, para o dia 12-2-2020. Constata-se, no entanto, que nesta data há 750 processos na tarefa “Triagem inicial – CEJUSC”, sendo o mais antigo desde 31-10-2019, sem audiência designada.

Segundo resposta do Chefe do CEJUSC ao questionário enviado nesta data, “dos 750 processos, apenas 15 não são de autoria da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Assim, estes processos da CNA não entraram na pauta de novembro em virtude de que naquele mês a pauta já estava completa com outros processos da CNA. No mês de dezembro foram realizadas poucas audiências no CEJUSC em face da Juíza Coordenadora estar com pauta dupla na sua Vara de Origem em vários dias do mês, ainda assim realizou-se audiências no CEJUSC mas de outros processos. Ademais, os procuradores da CNA solicitaram que não fossem incluídos os processos em pauta nos meses de dezembro/2019, janeiro/2020 e fevereiro/2020 e como estes processos não se tratam de verba alimentar, não foi dada prioridade a eles. Os demais processos serão incluídos em pauta ainda em Janeiro e em seguida serão incluídos os processos da CNA.”

Foi informado no questionário, ainda, que “não é solicitada previamente a juntada de carta de preposto. Não me recordo de ter ocorrido algum acordo em que a empresa reclamada não estivesse devidamente representada com documentos legais já juntados aos autos ou apresentados no ato da audiência.”

Sobre a inclusão de processos em execução, informou o Chefe do CEJUSC que não existe uma média semanal, pois há “uma grande demanda de processos em que os autores são a Confederação Nacional da Agricultura e a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina, que respondem aproximadamente por 90% dos processos que tramitam no CEJUSC, sendo que muitos são os acordos exitosos nestes processos. Assim, os processos de execução são incluídos conforme a demanda e a 1ª Vara é a que mais envia processos de execução ao CEJUSC.”

Informou, ainda, que são realizadas oitivas de testemunha por videoconferência.

3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

Os quadros estatísticos apresentam dados do CEJUSC de Lages, em comparação com os demais do Estado, nas fases de conhecimento, liquidação e execução, e valores pagos e arrecadados referentes ao período de janeiro a dezembro de 2019. São apresentados também gráficos evolutivos do CEJUSC de Lages.

Registra-se que os dados são obtidos na página na internet do Serviço de Correições e Estatística deste Regional, que indica como fonte dos dados o Sistema e-Gestão, PJe e CEJUSCs.

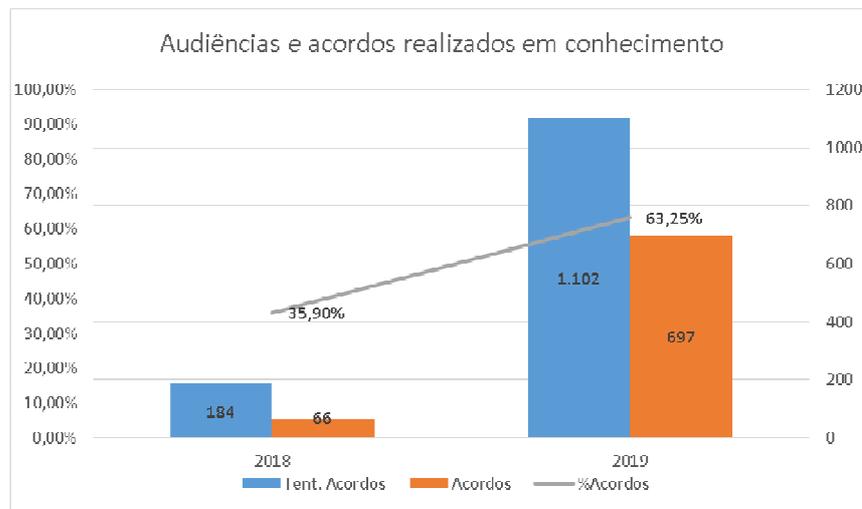
3.1 Fase de conhecimento

CEJUSC	Casos novos da VT no período	Processos recebidos no período	N. de audiências realizadas no período	Devolvidos à origem				
				Impossibilidade de acordo		Com tentativa de acordo		
				Ausência a das partes	Outras situações	Conciliados	Não conciliados	% conciliado
CEJUSCBCU	1.669	964	642	93	104	249	267	48,3%
CEJUSCBNU	3.478	2.169	1.952	373	176	707	553	56,1%
CEJUSCBQE	1.067	704	612	20	79	212	276	43,4%
CEJUSCCCO	2.230	743	635	31	94	287	297	49,1%
CEJUSCCUA	467	248	112	17	42	49	25	66,2%
CEJUSCFLN	6.724	4.744	4.865	310	578	1.511	2.219	40,5%

Ata da 1ª Correição Ordinária realizada no Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Disputas e 3ª no Setor de Apoio à Gestão Administrativa do Foro e da Central de Mandados de Lages

CEJUSCIAI	3.767	2.243	2.101	135	333	736	986	42,7%
CEJUSCJGS	1.965	2.090	2.251	112	237	621	1.146	35,1%
CEJUSCJVE	6.627	4.462	3.448	288	620	876	2.173	28,7%
CEJUSCLGS	4.551	2.036	1.831	537	319	697	405	63,2%
CEJUSCRSL	2.467	2.470	2.220	166	320	860	799	51,8%
CEJUSCSOO	2.986	2.073	1.843	163	383	627	968	39,3%
CEJUSCTRO	284	211	151	18	50	37	89	29,4%
TOTAL	38.282	25.157	22.663	2.263	3.335	7.469	10.203	42,3%

Fonte: SEGEST.



Conforme se depreende do gráfico acima, houve um aumento significativo da porcentagem de acordos realizados no CEJUSC em 2019 (63,25%) em relação a 2018 (35,90%). No entanto, deve-se destacar que, como o CEJUSC foi inaugurado no final de outubro de 2018, naquele ano foram realizadas somente o equivalente a 16% das tentativas de conciliação realizadas em 2019.

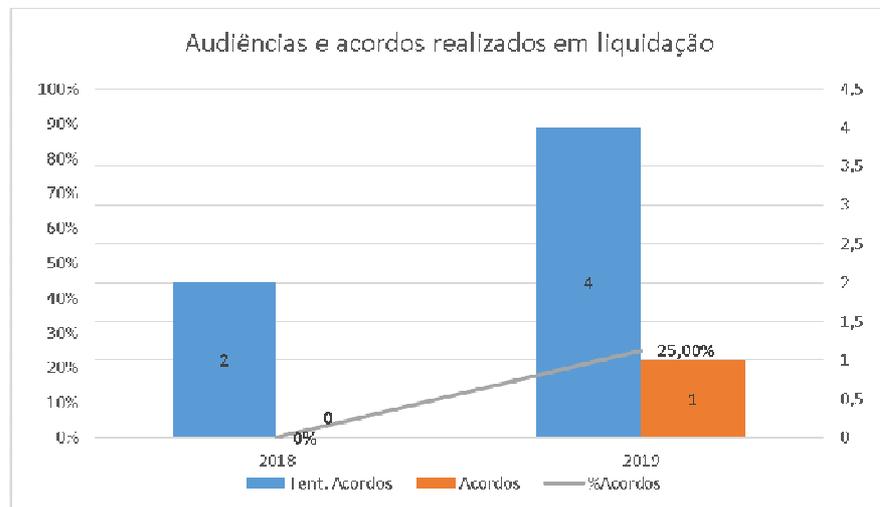
3.2 Fase de liquidação

CEJUSC	Processos recebidos no período	N. de audiências realizadas no período	Devolvidos à origem				
			Impossibilidade de acordo		Com tentativa de acordo		
			Ausência das partes	Outras situações	Conciliados	Não conciliados	% conciliado
CEJUSCBCU	2	2	0	0	1	1	50,0%
CEJUSCBNU	20	13	0	0	10	3	76,9%
CEJUSCBQE	9	7	0	0	5	2	71,4%
CEJUSCCCO	2	2	0	0	2	0	100,0%
CEJUSCCRI	4	2	0	0	1	1	50,0%
CEJUSCFLN	110	120	0	0	40	51	44,0%
CEJUSCIAI	2	1	0	0	0	1	0,0%
CEJUSCJGS	16	16	0	0	7	7	50,0%
CEJUSCJVE	57	45	0	0	22	23	48,9%
CEJUSCLGS	7	4	0	0	1	3	25,0%
CEJUSCRSL	207	160	12	0	72	52	58,1%

Ata da 1ª Correição Ordinária realizada no Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Disputas e 3ª no Setor de Apoio à Gestão Administrativa do Foro e da Central de Mandados de Lages

CEJUSCSOO	1	1	0	0	1	1	50,0%
CEJUSCTRO	0	0	0	0	0	0	-
TOTAL	437	373	12	0	162	145	52,8%

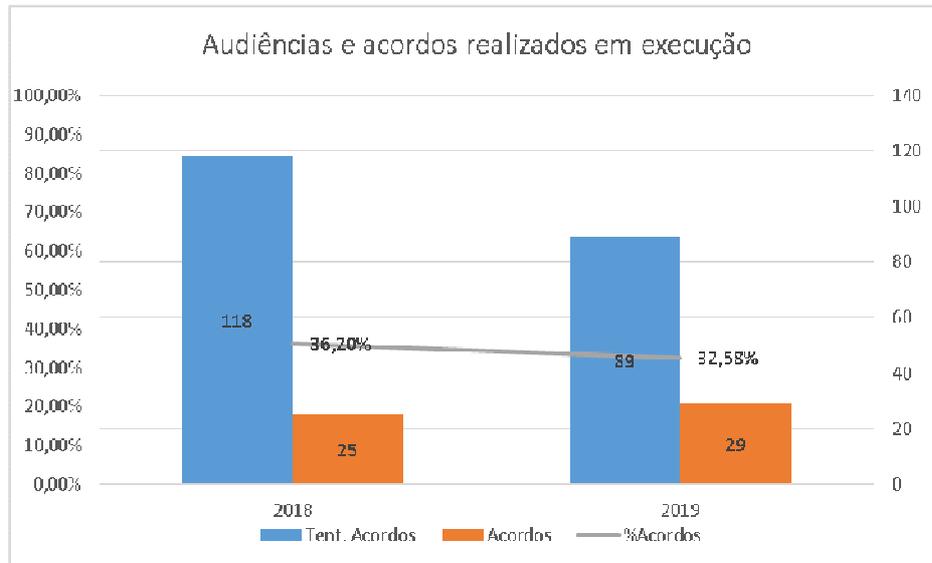
Fonte: SEGEST.



Verifica-se que a Unidade, assim como as demais do Estado, encaminha poucos processos da fase de liquidação ao CEJUSC, sendo que dos 4 processos encaminhados em 2019, foi feito acordo em apenas 1.

3.3 Fase de execução

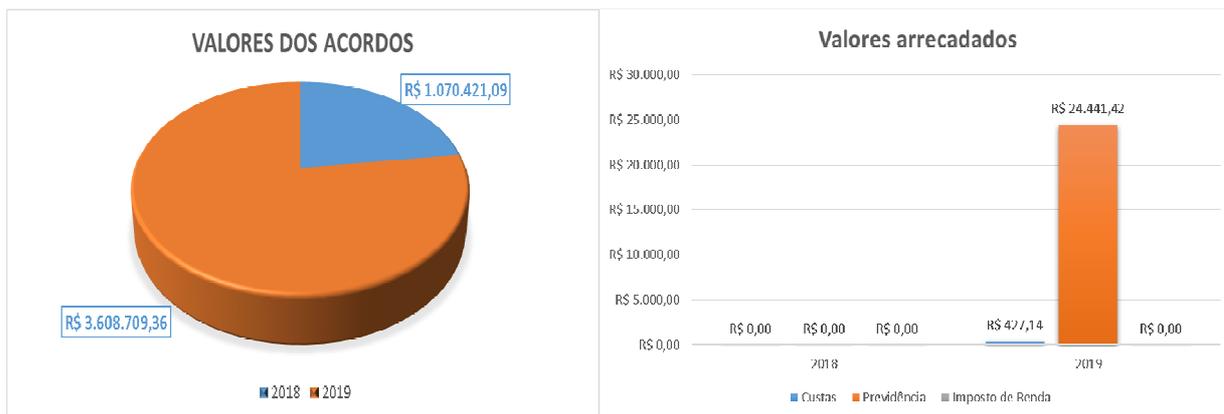
CEJUSC	Processos recebidos no período	Nº de audiências realizadas no período	Devolvidos à origem				
			Impossibilidade de acordo		Com tentativa de acordo		
			Ausência das partes	Outras situações	Conciliados	Não conciliados	% conciliado
CEJUSCBCU	24	11	2	1	8	13	38,1%
CEJUSCBNU	284	273	95	17	123	86	58,9%
CEJUSCBQE	70	51	14	2	29	13	69,0%
CEJUSCCCO	9	9	1	0	4	4	50,0%
CEJUSCCRI	7	3	0	0	2	0	100,0%
CEJUSCFLN	661	589	54	34	314	199	61,2%
CEJUSCIAI	6	2	0	0	1	2	33,3%
CEJUSCJGS	121	99	38	4	61	52	54,0%
CEJUSCJVE	254	196	1	15	112	124	47,5%
CEJUSCLGS	166	131	57	9	29	60	32,6%
CEJUSCRSL	571	419	126	44	185	122	60,3%
CEJUSCSOO	0	0	0	0	0	0	-
CEJUSCTRO	27	24	10	6	6	10	37,5%
TOTAL	2.200	1.807	398	132	874	685	56,1%



Da análise do gráfico acima, verifica-se que, diferente do que aconteceu com relação às fases de conhecimento e liquidação, foram realizadas menos audiências em processos da fase de execução, o que indica que as Unidades estão enviando menos processos de execução ao CEJUSC.

3.4 Valores

CEJUSC	Acordos realizados	Custas	Previdência	Imposto de Renda
CEJUSCBCU	R\$ 1.974.093,27	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
CEJUSCBNU	R\$ 12.762.838,91	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
CEJUSCBQE	R\$ 4.178.275,33	R\$ 200,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
CEJUSCCCO	R\$ 3.165.204,17	R\$ 23.684,95	R\$ 2.109,19	R\$ 0,00
CEJUSCCUA	R\$ 968.476,97	R\$ 2.900,00	R\$ 62,93	R\$ 0,00
CEJUSCFLN	R\$ 36.506.418,55	R\$ 1.500,00	R\$ 29.058,34	R\$ 0,00
CEJUSCIAI	R\$ 4.196.982,27	R\$ 0,00	R\$ 258,00	R\$ 0,00
CEJUSCJGS	R\$ 17.868.557,16	R\$ 10.615,85	R\$ 715,09	R\$ 0,00
CEJUSCJVE	R\$ 14.364.149,86	R\$ 9.943,30	R\$ 87.352,23	R\$ 0,00
CEJUSCLGS	R\$ 3.608.709,36	R\$ 427,14	R\$ 24.441,42	R\$ 0,00
CEJUSCRSL	R\$ 19.452.620,38	R\$ 35.544,11	R\$ 2.183,21	R\$ 0,00
CEJUSCSOO	R\$ 7.015.444,64	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
CEJUSCTRO	R\$ 315.068,83	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 126.376.839,70	R\$ 84.815,35	R\$ 146.180,41	R\$ 0,00



Verifica-se que, apesar do aumento dos valores dos acordos em 2019 em relação a 2018, considerando que o CEJUSC foi inaugurado em 26 de outubro de 2018, houve redução desses valores se considerada a quantidade de meses. Em 2019 a média de valores dos acordos foi de R\$ 300.725,78 por mês (12 meses), sendo que em 2018 foi de R\$ 535.210,55 (2 meses).

4 DETERMINAÇÕES E/OU RECOMENDAÇÕES

a) Apesar de ainda não ter ocorrido audiência sem que a empresa reclamada estivesse devidamente representada, conforme informado pelo Chefe do Centro (item 2 desta ata), recomenda-se que sempre se solicite previamente a juntada de carta de preposto ou documento de representação, que autorize o preposto a firmar acordo em nome da empresa ou condicione a homologação das condições da transação entabuladas em audiência à regular juntada dos instrumentos de representação processual e da empresa;

b) Atentar para o correto preenchimento de TODAS informações referentes aos acordos no PJe, como datas de vencimentos, valores de todas as parcelas, inclusive honorários periciais, INSS, custas, dentre outras, para que as estatísticas de valores pagos e arrecadados sejam corretamente informadas ao e-Gestão;

c) Atentar para o disposto no art. 6º, §§ 1º e 1º-A, da Resolução CSJT n. 174/2016, que dispõe que é indispensável a presença do advogado do reclamante nas audiências realizadas no CEJUSC, caso constituído, bem como, no caso de *jus postulandi*, que a audiência seja supervisionada pessoalmente pelo magistrado, que deverá estar presente fisicamente durante toda a negociação;

d) Determinar que, no caso de termo de conciliação lavrado no CEJUSC na ausência física de qualquer das partes e de seus advogados, e homologado sem a assinatura de pelo menos um deles, seja a parte intimada a juntar no PJe manifestação no sentido de ratificar os termos do acordo.

SETOR DE APOIO À GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FORO E DA CENTRAL DE MANDADOS

5 SERVIDORES

(fonte: SGP)

Servidor	Cargo	Função	Exercício na lotação
Alessandro Roveda	AJ - Execução de Mandados		1º-12-2017
Clair Raithz de Lima	TJ – Segurança		1º-12-2017
João Paulo Lopes Lange	AJ - Execução de Mandados		2-5-2018
Maria Cristina dos Santos Miranda	AJ - Execução de Mandados		1º-12-2017
Nélvio Angelo Burati Filho	AJ - Execução de Mandados		1º-12-2017
Sebastião Pereira Alves	TJ	Assistente Chefe de Setor FC-04	1º-12-2017
Total de servidores (inclui 4 Oficiais de Justiça e 1 Segurança):			6

A Resolução CNJ nº 219/2016 não prevê lotação paradigma para os SEGECEM. Em relação à lotação dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais, considerando o disposto na resolução nº 219 do Conselho Nacional de Justiça e expediente de PROAD nº 4429/2016, a unidade está com a lotação paradigma relativa à média processual do triênio 2016-2018, pois a lotação paradigma para o exercício 2020 ainda não está definida.

Legenda: Analista Judiciário– AJ; Técnico Judiciário – TJ. AJ – Execução de Mandados (Oficial de Justiça).

6 CASOS NOVOS

(fonte: e-Gestão)

Unidade Judiciária / Média	Casos Novos	
	2018	2019
1ª Vara do Trabalho de Lages	1.866	1.675
2ª Vara do Trabalho de Lages	1.885	1.510
3ª Vara do Trabalho de Lages	1.965	1.478
Média da 12ª Região:	1.113	1.122

7 PRODUTIVIDADE E PRAZOS DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA AVALIADORES

Os dados de produtividade e prazos apresentados nos itens 7.1 e 7.2 foram consultados em 29-1-2020. Nos demais itens, constam dados até dezembro de 2019.

7.1 Registro de mandados pendentes de distribuição no PJe

(fonte: PJe)

Conforme verificado no PJe em 29-1-2020, encontravam-se pendentes de distribuição para os Oficiais de Justiça **182** mandados, sendo o mais antigo de 13-2-2019.

7.2 Registro de mandados com Oficiais de Justiça

(fonte: SAP1 e PJe)

Oficial de Justiça	Quantidade mandados	No prazo	Prazo excedido
Alessandro Roveda	7	0	7
Cintia Augusto da Silva – SECAJ	18	9	9
João Paulo Lopes Lange	7	0	7
Maria Cristina dos Santos Miranda	48	0	48
Nélvio Angelo Burati Filho	37	18	19
Total	117	27	90

7.3 Diligências realizadas e mandados cumpridos por ano

(fonte: Publicação SEEST)

Ano	Diligências positivas	Diligências negativas	Total diligências	Mandados cumpridos
2018	2.541	1.940	4.481	3.300
2019	3.469	2.470	5.939	4.723

7.4 Diligências realizadas em 2019

(fonte: Publicação SEEST)

Oficial de Justiça	Quantidade de diligências realizadas
Alessandro Roveda	1.567
Cintia Augusto da Silva – SECAJ	98
Daniel Mendes de Souza Filho – SECAJ	42
João Paulo Lopes Lange	1.357
Maria Cristina dos Santos Miranda	1.175
Nélvio Angelo Burati Filho	1.700
Média de diligências por OJ da 12ª Região	1.007

7.5 Prazo Médio para Cumprimento dos Mandados em 2019

(fonte: Publicação SEEST)

Oficial de Justiça	Prazo médio
Alessandro Roveda	1,91
Cintia Augusto da Silva – SECAJ	9,57
Daniel Mendes de Souza Filho – SECAJ	1,05
João Paulo Lopes Lange	2,93
Maria Cristina dos Santos Miranda	4,83
Nélvio Angelo Burati Filho	7,55
Prazo Médio dos OJs da 12ª Região	7,39

8 DETERMINAÇÕES GERAIS AOS OFICIAIS DE JUSTIÇA AVALIADORES FEDERAIS

- a) Determina-se a obrigatoriedade da efetivação da penhora *in loco*;
- b) Utilizar os convênios, inclusive para facilitar o seu mister;
- c) Diligenciar, quando do cumprimento do seu encargo, quanto à informação de RG, CPF e CNPJ das partes, visando manter atualizado o cadastro das partes;
- d) Investigar, quando do cumprimento do seu encargo, o interesse do executado acerca da conciliação, noticiando o fato nos autos, em caso positivo, sem prejuízo do cumprimento integral da diligência a ele atribuída (art. 85 do Provimento CR n. 1/2017);
- e) Determina-se aos oficiais a observância aos prazos do art. 82 do Provimento CR para cumprimento dos mandados, assim como o art. 76 (avaliação seja feita pelo valor de custo, e não de venda);

f) Determina-se a distribuição aos Oficiais de Justiça dos mandados/intimações pendentes há mais tempo. Não obstante serem notificações, e que não possuam natureza alimentícia, não podem ficar praticamente 1 ano sem distribuição.

10 AUDIÊNCIA COM OS ADVOGADOS

O Ex.mo Desembargador do Trabalho-Corregedor recebeu os advogados Rodrigo Goetten de Almeida (OAB/SC 20458/SC) e Fernanda Furlan Erpen Martins (OAB/SC 18870), respectivamente Presidente e Vice-Presidente da Subseção da OAB de Lages, oportunidade em que foram tratados os seguintes temas: nomeação de peritos, a inexistência de rol de peritos no sítio do TRT na internet, a falta de identificação do processo nas transferências de valores para os escritórios dos advogados e sustentação oral nos julgamentos das câmaras do Tribunal.

Os assuntos foram objeto de reunião com os Juízes da Vara do Trabalho, em que foram prestados esclarecimentos pelos Magistrados.

O pleito acerca da publicação do rol de peritos no sítio do TRT será encaminhado às áreas competentes do Regional.

Posteriormente, S. Ex.a recebeu o leiloeiro Paulo Castelan Minatto, que informou possuir cadastro em alguns Foros, como de Criciúma, por exemplo, mas que somente foi designado para realizar leilão em uma oportunidade. Informou que atua como leiloeiro na Justiça Federal da 4ª Região e na Justiça Comum de SC, possuindo elevada taxa de efetividade. Informou que ainda não solicitou cadastro no Foro de Lages, mas que providenciará. O Ex.mo Corregedor esclareceu que a escolha do leiloeiro constitui prerrogativa de cada Magistrado que dirige a execução, e que deve ser formalizado pedido de cadastro junto aos Foros de seu interesse.

11 ENCERRAMENTO

Aos doze dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte foi encerrada a inspeção correcional, tendo sido disponibilizada a presente ata no PROAD n. 1.257/2020 em três de março de dois mil e vinte.

Os Ex.mos Juízes Coordenador do CEJUSC e Diretor do Foro possuem o prazo comum de 10 (dez) dias corridos para solicitar a retificação da ata. Fica desde logo esclarecido que eventual retificação constará no referido PROAD e na página da Corregedoria no sítio eletrônico deste Regional. Esta ata vai assinada eletronicamente pelo Ex.mo Desembargador do Trabalho-Corregedor Amarildo Carlos de Lima, e por mim, Alcino Ecker Junior, Secretário da Corregedoria, que a lavrei.

Equipe da Corregedoria: Alcino Ecker Junior, Geison Alfredo Arisi e Zélio dos Santos, em trânsito, e Natália da Costa, Eduardo de Miranda Ribeiro Quintiere, Elise Haas de Abreu, Iran Edson de Castro, Roberto Ortiz, Suzi Gonçalves da Silva Silveira, e Vivian Chaplin Ganzo Savedra, que integram a equipe fixa desta Corregedoria

AMARILDO CARLOS DE LIMA
Desembargador do Trabalho-Corregedor

ALCINO ECKER JUNIOR
Secretário da Corregedoria